

Despacho nº007/2016/ASSNT/DIRAD/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016.

À
DIRAD/DIGES

Assunto: Minuta de Resolução Normativa que altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que se refere as atribuições da Diretoria de Gestão -DIGES.

Referência: Processo nº 33902.552931/2014-98.

Sra. Diretora-Adjunta da Diretoria de Gestão.

Trata-se de minuta de Resolução Normativa – RN referente à alteração do Regimento Interno – RI no âmbito da Diretoria de Gestão, em relação a extinção da Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS - CAD/SP, bem como, o acréscimo de atribuições em relação à Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS CAD/DF.

Com objetivo de esclarecer dúvidas e receber contribuições das demais Diretorias, foi apresentada a minuta de alteração, para apreciação da DICOL, em reunião realizada no dia 06 de abril de 2016, 441ª Reunião de Diretoria Colegiada.

O presente processo foi encaminhado à PROGE, para análise jurídica e formal, resultando na Nota Técnica nº 00014/2016/GECOS/PFANS/PGF/AGU (fls. 222/223 verso), no Parecer nº00024/2016/GECOS/PFANS/PGF/AGU (fls. 229/231 verso), no Despacho nº00039/2016/GECOS/PFANS/PGF/AGU e por último no Despacho nº00135/2016/PROGE/PFANS/PGF/AGU.

Para fins de organização dos tópicos, serão expostos os argumentos que fundamentaram a aceitação, ou não, de cada uma das sugestões/ponderações constantes dos documentos supracitados, apresentando, igualmente, as justificativas para as demais alterações promovidas.

Da Nota Técnica n.00014/2016GECOS/PFANS/PGF/AGU (Fls. 222/223verso), da análise estritamente formal, em resumo:

Do item 3.1 da Nota, resumo dos questionamentos:

- a) Esclarecer se as novas atribuições do CAD/DF serão exercidas a título de competência comum ou não;
- b) A COGEC possui competência comum com o CAD/DF?
- c) Pode essa Coordenadoria iniciar e conduzir processos administrativos de apuração de infrações contratuais ocorridas nos contratos celebrados no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará?

K

Esclarecimentos da ASSNT/DIGES:

As novas atribuições que serão exercidas pelo CAD/DF são comuns à COGEC, sendo certo, que as atribuições/competências específicas do CAD/DF estão contidas na minuta de alteração do Regimento Interno, no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará.

No que se refere ao questionamento: pode a Coordenadoria iniciar e conduzir processos administrativos de apuração de infrações contratuais ocorridas nos contratos celebrados no âmbito do Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará, esclarecemos que as referidas atribuições serão exercidas mediante delegação, através de Portaria.

Do item 3.2, da Nota Técnica - resumo dos questionamentos:

- a) O caput do art. 4º, define que o art. 62-A passará a ser acrescido dos incisos VI a XVII. E que no desenvolvimento seguinte o inciso VI foi omitido. Foi apenas um erro de numeração ou esqueceu-se de colocar o teor do inciso VI?

Esclarecimentos da ASSNT/DIGES: Conforme pode ser confirmado no item 3, da Exposição de Motivos, apresentada às folhas 208/211, o inciso VI do artigo 62-A foi acrescido, entretanto, na minuta de alteração de Regimento Interno da ANS, em seu artigo 4º, o referido inciso só aparece como referência no Caput, não aparecendo o teor do referido inciso. Sendo certo, que está sendo inserido o teor no presente momento, o que se faz conforme transcrição abaixo, mantendo a similaridade da redação proposta pela PROGE nos demais incisos.

Art. 62-A.....

VI - Efetuar os pagamentos referentes aquisição de bens, obras e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará;

- b) Ainda no item 3.2, da Nota, sugere-se que os acréscimos dos incisos ao art.62-A do Regimento Interno ocorra a partir do inciso IX.

Esclarecimentos da ASSNT/DIGES:

Foram seguidas as orientações indicadas na referida Nota, entretanto a numeração dos incisos será realizada a partir do inciso XVII, considerando que os incisos IX a XVI já foram revogados.

Do item 3.3, da Nota Técnica

- a) Foram sugeridas alterações no parágrafo único do art.5º, de forma a alterar a referência ao site da ANS, utilizando-se a expressão empregada no art. 4º, IV, "b" da Instrução Normativa SECOM-PR Nº8 de 19 de dezembro de 2014.

Esclarecimentos da ASSNT/DIGES: Foram acolhidas as sugestões contidas na referida Nota, sendo modificado o texto proposto para o art. 5º.

Da alteração do artigo 6º

Por fim, considerando a necessidade de organização e implementação das alterações apresentadas, tanto no que se refere à extinção do CAD/SP, bem como, ao aumento das atribuições do CAD/DF, sugere-se a alteração do artigo 6º, para que seja especificado que a presente Resolução Normativa somente entra em vigor após 45 dias de sua publicação, com o seguinte texto apresentado abaixo:

“Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.”

Do quadro comparativo

A seguir apresentamos quadro comparativo com as sugestões/ponderações contidas na Nota Técnica GECOS/PFANS, com as respectivas observações de acolhimento:

Minuta apresentada na DICOL (06/04/2016)	Minuta após análise da PROGE
<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº , DE DE DE 2016</p> <p>A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º, do Anexo I, do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; e o inciso IV do art. 6º, a alínea "a" do inciso II do art. 86 e o art. 99, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.</p> <p>Art. 1º A presente Resolução Normativa - RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009.</p>	<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº , DE DE DE 2016</p> <p>A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º, do Anexo I, do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; e o inciso IV do art. 6º, a alínea "a" do inciso II do art. 86 e o art. 99, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.</p> <p>Art. 1º A presente Resolução Normativa - RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a Resolução Normativa nº 198 de 16 de julho de</p>

<p>Art. 2º O Parágrafo único, do art. 62, da RN nº 197, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 62.</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>Parágrafo único. A Gerência de Finanças - GEFIN, a Gerência de Contratos e Licitações - GECOL, a Gerência de Administração e Serviços de Infraestrutura - GEASI, a Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS no Distrito Federal - CAD/DF, a Coordenadoria de Contabilidade - CCONT e a Assessoria de Administração e Finanças - ASSAF, subordinam-se diretamente à GGAFI, cabendo a esta o planejamento, a coordenação, a orientação e o controle das suas atividades.”</p> <p>Art. 3º Os incisos I e IV, ambos do artigo 62-A, da RN nº197, de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:</p> <p>“Art. 62-A</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>I - executar e controlar a emissão de ordem bancária, nota de empenho, reforços e anulações, bem como as despesas efetuadas por suprimentos de fundos e contratos no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará; (Nova</p>	<p>2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.</p> <p>Obs.: Acolhida a sugestão da GECOS.</p> <p>Art. 2º O Parágrafo único do art. 62, da RN nº 197, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 62.</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>Parágrafo único. A Gerência de Finanças - GEFIN, a Gerência de Contratos e Licitações - GECOL, a Gerência de Administração e Serviços de Infraestrutura - GEASI, a Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS no Distrito Federal - CAD/DF, a Coordenadoria de Contabilidade - CCONT e a Assessoria de Administração e Finanças - ASSAF, subordinam-se diretamente à GGAFI, cabendo a esta o planejamento, a coordenação, a orientação e o controle das suas atividades.”</p> <p>(NR)</p> <p>Obs.: Acolhida a sugestão da GECOS.</p> <p>Art. 3º Os incisos I e IV, ambos do artigo 62-A, da RN nº197, de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:</p> <p>“Art. 62-A</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>I - executar e controlar a emissão de ordem bancária, nota de empenho, reforços e anulações, bem como as despesas efetuadas por suprimentos de fundos e contratos no âmbito das atividades exercidas pela ANS</p>
--	--

Redação)

IV - planejar, e promover a execução das atividades de administração de material e patrimônio, manutenção predial, transportes, e outras inerentes ao desenvolvimento da atividade do CAD, no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará, sob a supervisão da GGAFI/DIGES; (Nova redação) ”

Art. 4º A RN nº197, de 2009, passa a vigorar acrescida dos incisos VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, todos do art.62.A, com as seguintes redações:

“Art. 62-A

VII - acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar a programação e execução financeira no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;

no Distrito Federal, e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará; ” (NR)

Obs.: Acolhida a sugestão da GECOS.

IV - planejar, e promover a execução das atividades de administração de material e patrimônio, manutenção predial, transportes, e outras inerentes ao desenvolvimento da atividade do CAD, no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará, sob a supervisão da GGAFI/DIGES;” (NR)

Obs.: Acolhida a sugestão da GECOS.

Art. 4º A RN nº197, de 2009, passa a vigorar acrescida dos incisos XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII e XXVIII, todos no art.62-A, com as seguintes redações:

Obs.: Acolhida a sugestão da GECOS.

“Art. 62-A

XVII - Efetuar os pagamentos referentes aquisição de bens, obras e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do, Mato Grosso e Pará;

Obs.: Acolhida a sugestão/ponderação da GECOS.

XVIII - acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar a programação e execução financeira no âmbito das atividades exercidas pela ANS

VIII - executar o registro de conformidade de gestão, e manter o arquivo do suporte documental de toda a execução orçamentária e financeira à disposição dos órgãos de controle interno e externo da União;

IX - proceder à aquisição de bens, obras e serviços no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;

X - elaborar contratos, convênios, acordos e ajustes a serem celebrados âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;

XI - controlar os contratos, convênios, acordos e ajustes, sob os aspectos administrativos;

XII - proceder à confecção dos editais de licitação para a aquisição de bens, obras e serviços no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará;

XIII - instruir os processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará, inclusive os de inexigibilidade e dispensa de licitação;

XIV - proceder à publicidade legal obrigatória dos atos, contratos, convênios, acordos e ajustes no âmbito do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará, decorrentes da aquisição de bens, obras e serviços;

no Distrito Federal e nos
Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XIX - executar o registro de conformidade de gestão, e manter o arquivo do suporte documental de toda a execução orçamentária e financeira à disposição dos órgãos de controle interno e externo da União;

XX - proceder à aquisição de bens, obras e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XXI - elaborar contratos, convênios, acordos e ajustes a serem celebrados no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XXII - controlar os contratos, convênios, acordos e ajustes, sob os aspectos administrativos;

XXIII - proceder à confecção dos editais de licitação para a aquisição de bens, obras e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XXIV - instruir os processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará, inclusive os de inexigibilidade e dispensa de licitação;

XXV - proceder à publicidade legal obrigatória dos atos, contratos, convênios, acordos e ajustes no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito

XV - subsidiar a Comissão Permanente de Licitações e o pregoeiro, nos assuntos referentes às suas competências, bem como prestar-lhes apoio técnico e administrativo;

XVI - proceder à instrução e alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial; e

XVII - iniciar e conduzir os processos administrativos de apuração de infrações contratuais dos contratos firmados no âmbito do CAD-DF e Núcleos MT e PA. "

Art. 4º Fica revogado o art. 62-B, e seus incisos, todos da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 5º O Anexo da RN nº 197, de 2009, que reproduz o organograma da ANS, referente à estrutura da DIGES e os campos referentes na estrutura da DIGES, DO Anexo da RN 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos, passam a vigorar conforme os Anexos desta Resolução Normativa.

Parágrafo único. Os Anexos desta Resolução estará disponível para consulta e cópia no endereço eletrônico da ANS na Internet - www.ans.gov.br.

Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará, decorrentes da aquisição de bens, obras e serviços;

XXVI - subsidiar a Comissão Permanente de Licitações e o pregoeiro, nos assuntos referentes às suas competências, bem como prestar-lhes apoio técnico e administrativo;

XVVII - proceder à instrução e alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial; e

XXVIII - iniciar e conduzir os processos administrativos de apuração de infrações contratuais dos contratos firmados no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará. "

Obs.: Acolhida todas as sugestão da PROGE.

Art. 4º Fica revogado **todo** o art. 62-B da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Obs.: Acolhida todas as sugestão da PROGE.

Art. 5º O Anexo da RN nº 197, de 2009, que reproduz o organograma da ANS, referente à estrutura da DIGES e os campos referentes na estrutura da DIGES, do Anexo da RN 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos, passam a vigorar conforme os Anexos desta Resolução Normativa.

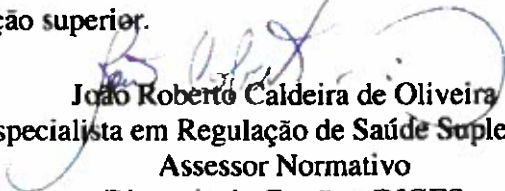
Parágrafo único. Os Anexos desta Resolução estarão disponíveis para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na Internet - www.ans.gov.br.

<p>Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Diretor- Presidente</p>	<p>Obs.: Acolhida todas as sugestão da PROGE.</p> <p>Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.</p> <p>Obs.: A GECOS acolheu o texto apresentado anteriormente, entretanto, com o objetivo de organizar e implementar as alteração proposta, foi alterado o texto, para que a RA entre em vigor 45 dias após a sua publicação.</p> <p>Diretor- Presidente</p>
---	---

Disposições Finais

Diante do exposto, salvo melhor juízo, sugiro o encaminhamento da Minuta de Resolução Normativa – RN, referente à alteração de Regimento Interno no âmbito da DIGES, em anexo, para apreciação e deliberação da Diretoria Colegiada.

À consideração superior.


João Roberto Caldeira de Oliveira
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar
Assessor Normativo
Diretoria de Gestão - DIGES

Em, 13 /05 /2016.

De acordo,

Encaminhe-se à Diretora da DIGES


Carla de Figueiredo Soares
Diretora Adjunta de Gestão

Em, 13 /05/2016.

De acordo, encaminhe-se o presente, para inclusão na pauta da Diretoria Colegiada – DICOL para deliberação.


Karla Santa Cruz Coelho
Diretora de Gestão

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº , DE DE DE 2016

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a Resolução Normativa nº 198 de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º, do Anexo I, do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; e o inciso IV do art. 6º, a alínea "a" do inciso II do art. 86 e o art. 99, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução Normativa - RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a Resolução Normativa nº 198 de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

Art. 2º O Parágrafo único do art. 62 da RN nº 197, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62.
.....

Parágrafo único. A Gerência de Finanças - GEFIN, a Gerência de Contratos e Licitações - GECOL, a Gerência de Administração e Serviços de Infraestrutura - GEASI, a Coordenadoria de Administração Descentralizada da ANS no Distrito Federal - CAD/DF, a Coordenadoria de Contabilidade - CCONT e a Assessoria de Administração e Finanças - ASSAF, subordinam-se diretamente à GGAFI, cabendo a esta o planejamento, a coordenação, a orientação e o controle das suas atividades.” (NR)

Art. 3º Os incisos I e IV, ambos do artigo 62-A, da RN nº197, de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 62-A

I - executar e controlar a emissão de ordem bancária, nota de empenho, reforços e anulações, bem como as despesas efetuadas por suprimentos de fundos e contratos no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará; ” (NR)

.....
IV - planejar, e promover a execução das atividades de administração de material e patrimônio, manutenção predial, transportes, e outras inerentes ao desenvolvimento da atividade do CAD, no

âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará, sob a supervisão da GGAFI/DIGES;" (NR)

Art. 4º A RN nº197, de 2009, passa a vigorar acrescida dos incisos XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII e XXVIII, todos no art.62-A, com as seguintes redações:

"Art. 62-A
.....

XVII - Efetuar os pagamentos referentes aquisição de bens, obras e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do, Mato Grosso e Pará;

XVIII - acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar a programação e execução financeira no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XIX - executar o registro de conformidade de gestão, e manter o arquivo do suporte documental de toda a execução orçamentária e financeira à disposição dos órgãos de controle interno e externo da União;

XX - proceder à aquisição de bens, obras e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XXI - elaborar contratos, convênios, acordos e ajustes a serem celebrados no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XXII - controlar os contratos, convênios, acordos e ajustes, sob os aspectos administrativos;

XXIII - proceder à confecção dos editais de licitação para a aquisição de bens, obras e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e Núcleos do Mato Grosso e Pará;

XXIV - instruir os processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará, inclusive os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação;

XXV - proceder à publicidade legal obrigatória dos atos, contratos, convênios, acordos e ajustes no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará, decorrentes da aquisição de bens, obras e serviços;

XXVI - subsidiar a Comissão Permanente de Licitações e o pregoeiro, nos assuntos referentes às suas competências, bem como prestar-lhes apoio técnico e administrativo;

XV VII - proceder à instrução e alterações contratuais, sob o aspecto formal, assim como suas publicações na imprensa oficial; e

XXVIII - iniciar e conduzir os processos administrativos de apuração de infrações contratuais dos contratos firmados no âmbito das atividades exercidas pela ANS no Distrito Federal e nos Núcleos do Mato Grosso e Pará. "

Art. 4º Fica revogado todo o art. 62-B da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 5º O Anexo da RN nº 197, de 2009, que reproduz o organograma da ANS, referente à estrutura da DIGES e os campos referentes na estrutura da DIGES, do Anexo da RN 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos, passam a vigorar conforme os Anexos desta Resolução Normativa.

Parágrafo único. Os Anexos desta Resolução estarão disponível para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na Internet - www.ans.gov.br.

Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

José Carlos de Souza Abrahão
Diretor- Presidente

